

Emprego formal bate recorde e amplia bolo da classe média

O número de trabalhadores com carteira assinada dobrou desde 2004 e chegou a 52,4% da mão de obra do país. A melhoria da qualidade do emprego é apontada como principal fator para o aumento da renda média do brasileiro. — P4

Formalização recorde engorda a classe média

Participação de trabalhadores com carteira assinada chega a 52,4% do total e deve alcançar 55% na próxima década

Juliana Rangel

jrangel@brasileconomico.com.br

O crescimento econômico do Brasil nos últimos anos está levando a formalização da economia a níveis recordes, o que contribui para a recuperação da renda do trabalhador. Um estudo da LCA Consultoria aponta que, com uma expansão média do PIB (Produto Interno Bruto) de 4% ao ano de 2011 a 2020, a parcela da mão-de-obra formal do Brasil — hoje em um recorde de 52,4% — poderá chegar a 55% na próxima década.

O economista da FGV Marcelo Neri diz que o crescimento do emprego formal nos últimos anos, duplicado desde 2004, é o principal símbolo do surgimento da classe média. “Embora tenha havido aumento forte da renda por conta de programas sociais e aposentadorias (ligadas ao salário mínimo), o incremento médio de 4,61% ao ano da renda do trabalho corresponde a 74% da renda média percebida pelo brasileiro”.

Para o economista da LCA Fábio Romão, a formalização está vinculada à maior confiança do empresariado. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados confirmam o otimismo: até agosto, o Brasil criou 1,9 milhão de vagas formais no ano, um recorde. A estimativa supera 2 milhões.

Considerando o número total de empregos criados nos últimos 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, o aumento foi de 3,2% em agosto. “Apenas entre os postos formais, o crescimento foi de 6,8%. Se pegar só os informais, houve retração de 1,2%”. É um indicio de que trabalhadores que antes estavam na informalidade agora estão com carteira assinada”, diz Romão.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, confirma que o Brasil ainda tem muito a avançar. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (Pnad), que retrata o Brasil de 2009, saindo da crise, mostrou que o país tinha 92,7 milhões de trabalha-

dores ocupados. Deste universo, 61,5 milhões eram assalariados, ou 66%. O restante, cerca de 31 milhões eram não-assalariados, como pessoas que trabalham por conta própria ou na agricultura familiar e empregadores.

“Nos países desenvolvidos, a fatia de assalariados fica entre 80% e 90% dos ocupados. Mas dos 61,5 milhões dos assalariados no Brasil, temos 41 milhões com carteira assinada, ou 66,7%. É um crescimento muito forte”, diz.

Ele defende que o sistema público faça o intermédio entre os trabalhadores em busca de empregos e as empresas, identificando que tipos de qualificação são necessárias e treinando a população. “Embora tenhamos o sistema “S” e recursos do

Ministério do Trabalho, hoje não existe articulação”, diz.

Pochmann sugere que ela seja aplicada na hora da retirada do seguro-desemprego ou bolsa-família. “Se ao sacar o benefício o trabalhador tiver o banco de dados disponível, certamente vai preferir um trabalho”.

Pochmann defende a revisão de leis e a criação de um código de trabalho autônomo.

O gerente da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, Cimar Azeredo, lembra que a mão-de-obra formal é melhor remunerada. “Na Pnad, 66,1% dos empregados com carteira ganham até dois salários mínimos. Entre os sem carteira, chega a 88%. É uma mão-de-obra de subemprego, não-qualificada e geralmente formada por pessoas sem escolaridade”.

A especialista em emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Janine Berg, diz que o país criou três empregos formais para cada um informal nos anos 2000. Ela destaca que o aumento da classe C foi de 22,8% entre 2004 e 2008, chegando a 53% das famílias. “Uma característica dessa classe é o consumo de bens duráveis, o que movimenta a demanda interna e contribui para um crescimento econômico forte e sustentável, que leva à oferta de novos empregos formais”. ■



Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

“Temos espaço para construir uma legislação mais abrangente. A visão estratégica da CLT em 1940 era a crença de que todas as ocupações seriam assalariadas. Seguimos essa trajetória, mas temos uma parte da mão de obra que dificilmente será assalariada. Precisamos pensar em um código de trabalho autônomo”



Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que Brasil gerou três empregos formais para cada informal nos últimos dez anos

LEIA MAIS



Informais ainda são 46% do total de ocupados no país; especialistas defendem modificações pontuais na legislação como forma mais efetiva de atenuar o quadro.



Programa do Ministério do Desenvolvimento tem como objetivo regularizar a situação dos trabalhadores autônomos, com faturamento máximo de R\$ 36 mil anuais.



Parte dos R\$ 333 milhões anuais que deixam de circular no Brasil por causa da pirataria vem da perda representada para a economia em empregos formais.